



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA  
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**A EFETIVAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA:  
ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE  
ESCOLAR NO CONSELHO DE CLASSE  
PARTICIPATIVO**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**Andreza Gressana Schmitt**

**Sapucaia do Sul, RS, Brasil  
2012**

**A EFETIVAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: ANÁLISE DA  
PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NO  
CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO**

**por**

**Andreza Gressana Schmitt**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade  
Federal de Santa Maria (UFSM-RS), como requisito parcial para  
obtenção de título de  
**Especialista em Gestão Educacional**

**Orientador: Prof. Leonardo Germano Krüger**

**Sapucaia do Sul, RS, Brasil**

**2012**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Educação  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Monografia de Especialização

**A EFETIVAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: ANÁLISE DA  
PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NO CONSELHO DE  
CLASSE PARTICIPATIVO**

elaborada por  
**Andreza Gressana Schmitt**

como requisito parcial para obtenção do título de  
**Especialista em Gestão Educacional**

**Comissão Examinadora**

**Leonardo Germano Krüger, Ms. (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)

**Ana Paula da Rosa Cristino, Ms. (UFSM)**

**Cléia Margarete Macedo da Costa Tonin, Ms. (UFSM)**

Sapucaia do Sul, 01 de dezembro de 2012.

## **AGRADECIMENTOS**

*Agradeço, em primeiro lugar, a minha mãe que sempre esteve ao meu lado, me apoiando em todos os momentos desta caminhada;*

*Ao meu professor orientador Ms. Leonardo Germano Krüger, pelo grande auxílio na elaboração deste trabalho;*

*À minha grande amiga Fabiane Carpes que me incentivou a fazer esta especialização e me ajudou muito quando foi preciso;*

*E a minha grande amiga Paula Azevedo que doou boa parte do seu tempo para me auxiliar na realização desta pesquisa.*

*Há homens que lutam um dia e são bons.  
Há outros que lutam um ano e são melhores.  
Há os que lutam muitos anos e são muito bons.  
Porém, há os que lutam toda a vida.  
Esses são os imprescindíveis.*

*Bertolt Brecht*

## **RESUMO**

Monografia de Especialização  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional  
Universidade Federal de Santa Maria

### **A EFETIVAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NO CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO**

AUTORA: ANDREZA GRESSANA SCHMITT

ORIENTADOR: LEONARDO GERMANO KRÜGER

Data e Local da Defesa: Sapucaia do Sul/RS, 01 de dezembro de 2012.

O estudo em questão teve como objetivo analisar se a participação da comunidade escolar no conselho de classe contribui para a efetivação de uma gestão democrática em uma Escola Estadual de Ensino Fundamental, na cidade de Sapucaia do Sul/RS. Para realização do trabalho, metodologicamente recorreu-se a análise documental do Regimento Escolar e aplicação de questionários a equipe diretiva, professores, pais e alunos. Percebe-se que com a prática do conselho de classe participativo há grandes possibilidades de se trazer a comunidade para dentro da escola e assim, transformá-la num espaço democrático em que todos possam contribuir.

Palavras-chave: Gestão Democrática. Comunidade Escolar. Conselho de Classe Participativo.

## **ABSTRACT**

Monografia de Especialização  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional  
Universidade Federal de Santa Maria

### **A EFETIVAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NO CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO**

(THE EFFECTIVE DEMOCRATIC MANAGEMENT: ANALYSIS OF SCHOOL COMMUNITY PARTICIPATION IN THE COUNCIL PARTICIPATORY CLASS)

AUTORA: ANDREZA GRESSANA SCHMITT

ORIENTADOR: LEONARDO GERMANO KRÜGER

Data e Local da Defesa: Sapucaia do Sul/RS, 01 de dezembro de 2012.

This study aimed to analyze the school community participation in class council contributes to the realization of a democratic administration in a State School of Basic Education in the city Sapucaia do Sul/RS. To perform the work, methodologically resorted to documentary analysis os the School Rules and questionnaires the management team, teachers, parents and students. It is perceived that the practice of participatory class council there is great potential to bring the community into the school and thus turn it into a democratic space that everyone can contribute.

Key-words: Democratic Management. Community School. Class Council Participatores.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>1 A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA .....</b>	<b>10</b>
1.1 Gestão Democrática.....	11
1.2 A participação da comunidade no processo de democratização do conselho escolar .....	13
<b>2 UM OLHAR PARA O CONTEXTO ESCOLAR .....</b>	<b>16</b>
2.1 A Escola na teoria .....	18
2.2 A Escola na prática .....	22
2.2.1 Regimento Escolar .....	22
2.2.2 Conselho de Classe Participativo.....	23
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: INTERLIGANDO A TEORIA À PRÁTICA ..</b>	<b>28</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>30</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>32</b>

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos tem-se discutido a educação no Brasil com a intenção de propiciar uma educação de qualidade para todos. Percebe-se que as instituições de ensino buscam uma melhor forma de resolver os problemas apresentados pelos alunos, porém este é um processo longo, em que muitas dificuldades são encontradas, já que estes podem vir do processo de formação e até mesmo do convívio familiar.

O papel da gestão escolar na escola vem sendo muito debatido, pois é através dela que todos os envolvidos no processo de aprendizagem, sendo alunos, pais, professores, direção e demais funcionários, conseguem interligar-se e desenvolver o seu trabalho com o mesmo objetivo, no entanto, para que este seja alcançado, é necessário o envolvimento de todos e, principalmente, a participação efetiva da família dentro da escola.

Levando em consideração a necessidade de mudanças e a descentralização da gestão democrática, uma Escola Estadual na cidade de Sapucaia do Sul/RS alterou a forma da realização dos conselhos de classe. Analisando os problemas apresentados pelos alunos e a falta de apoio familiar, percebeu-se a necessidade de um maior envolvimento da família, tanto no ambiente de sala de aula, quanto na gestão escolar. Por isso, a equipe diretiva dessa Escola decidiu aderir ao conselho de classe participativo.

Esse fato auxiliou para delinear a presente pesquisa, que tem como principal objetivo analisar a participação da comunidade escolar no conselho de classe contribui para a efetivação de uma gestão democrática. Como objetivos específicos buscam-se analisar o conteúdo do Regimento Escolar com a intenção de perceber se o texto contempla a participação da comunidade escolar; investigar de que forma a comunidade escolar participa dos conselhos de classe a partir da análise do questionário aplicado e comparar se a teoria apresentada no regimento escolar está de acordo com a prática na escola.

A metodologia adotada para desenvolver esta pesquisa é a análise documental (GIL, 2008) do conteúdo apresentado no regimento escolar. Para operacionalização deste estudo, além da análise textual do regimento, aplicou-se um questionário (GIL, 2008) à comunidade escolar com questões que abordam o

envolvimento da comunidade nas ações desenvolvidas pela escola, mais especificamente, no conselho de classe e na elaboração do regimento escolar. Dessa forma, após concordar com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE 2), responderam o questionário (APÊNDICE 1): dois pais (um pai que participa dos conselhos de classe e outro não) dois alunos (um que o tem os pais participantes no conselho de classe e outro não), um professor, dois integrantes da equipe diretiva, sendo eles a diretora e a orientadora pedagógica. Utilizou-se a análise descritiva (GIL, 2008) para as respostas dos questionários, em que se buscou constatar a diversidade das informações.

Ademais, essa pesquisa estrutura-se da seguinte forma: o Capítulo 1 contempla breve referencial teórico do trabalho, tratando sobre a construção de uma escola democrática a partir da visão de alguns teóricos como Libâneo, Paro e a LDB/96. No Capítulo 2 é apresentada a análise das informações a partir dos dados coletados no Regimento Escolar e nos questionários que aplicados à comunidade escolar. Além disso, informações sobre a teoria e a prática adotada na Escola tendo como base o Regimento Escolar e o Projeto Político-Pedagógico. E por fim, as Considerações Finais trazem conclusões a partir da interligação dos dados analisados no decorrer da pesquisa.

# 1 GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA

Um dos maiores dilemas da escola nos dias atuais é o dualismo entre uma escola de matriz conservadora ou também denominada tradicional, onde se verifica um distanciamento ou até mesmo uma hierarquia entre os envolvidos no ambiente escolar, concomitantemente, com uma matriz educacional inovadora oriunda das novas tendências pedagógicas onde há uma tentativa de aproximação entre todos os participantes do processo de ensino-aprendizagem.

Entre estes novos pressupostos educacionais, que buscam a aproximação entre os elementos envolvidos na educação, está o que chamamos de gestão democrática, que segundo Paro (2000, p.16), “deve implicar necessariamente a participação da comunidade”.

Podemos dizer que a gestão democrática é uma prática político-pedagógica e administrativa em que se propicia a participação e articulação entre os diversos segmentos da escola. Dessa maneira, as decisões passam a ser participativas e transparentes.

A sociedade brasileira passou por um processo de democratização a partir do fim do período ditatorial brasileiro, exemplificado na elaboração da sua Constituição Federal de 1988, e mais tarde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996. A partir destes documentos houve a necessidade da escola também se reformular visando, principalmente, formar cidadãos que assimilem essa nova forma de organização política, possibilitando a consolidação da democracia.

Nesse ínterim é que surge o conceito de gestão democrática na escola pública, estimulando uma autonomia administrativa, política e financeira (BRASIL, 1996). Essa medida foi efetivada a partir de 1993 com o Plano Decenal de Educação para todos. Para os educadores, a democratização da educação iria contribuir com a permanência dos educandos no sistema escolar, ampliando as possibilidades e ofertas educacionais. Segundo esse plano, a participação da comunidade escolar como um todo, auxiliaria na supressão da burocracia (BRASIL, 1993).

A partir disso, passa-se de uma concepção de administração escolar para uma gestão escolar. A mudança não ocorreu somente no conceito, mas também nas práticas cotidianas da organização escolar, objetivando mudanças significativas que

subvertessem as já estabelecidas relações de poder, transformando assim, as práticas pedagógicas (PARO, 2000).

### **1.1 Gestão Democrática**

O ambiente escolar pode ser considerado como a primeira instância de socialização do indivíduo após a vivência com sua família. É, sem dúvida, um espaço privilegiado para o desenvolvimento e a construção de indivíduos críticos e participativos em suas comunidades, contribuindo assim para o pleno desenvolvimento democrático de sua sociedade.

De acordo com Kuenzer (1998), a efetiva democratização da educação só será possível com a efetiva democratização da sociedade, ou seja, os cidadãos precisam reconhecer que a sua participação na sociedade, além de um direito é um dever. A escola, nesse contexto, é fundamental para que estes sejam preparados para exercerem seus direitos na sociedade.

Historicamente, esses direitos e deveres podem ser percebidos desde a elaboração da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988, p.5), que demonstra em seu artigo 3º uma preocupação em: “I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

A partir dos incisos I, II e IV do artigo 3º, percebe-se que esta Constituição foi criada para que os cidadãos tenham seus direitos garantidos e respeitados, já que uma sociedade democrática é vista como um espaço onde os indivíduos podem ter liberdade em opinar, fazer suas escolhas e participar na tomada de decisões.

Vale lembrar que essa Constituição foi elaborada em um período pós-ditadura militar, cujos direitos civis não eram respeitados. Então, a Constituição de 1988 visa à participação efetiva dos cidadãos nas decisões políticas, como também o início de uma sociedade justa, igualitária e democrática.

Tendo como base a Constituição de 1988, foi elaborada em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) que visa entre outras coisas, colocar em prática a concepção de gestão democrática. A partir dela houve algumas

mudanças, que essencialmente, têm como princípio fundamental a educação para todos (BRASIL, 1996).

Isso pode ser percebido em seu artigo 3º que trata dos seguintes princípios democráticos (BRASIL, 1996, p.1):

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino.

Essa Lei foi sancionada após uma longa luta que durou cerca de seis anos. Com ela ficou estabelecido o início de um processo que culminou na gestão democrática. Em uma gestão democrática, o modelo tradicional de gestão deve ser deixado de lado e o gestor escolar deve contar com uma participação ativa de todos os indivíduos que formam a comunidade escolar para que as tarefas e as decisões sejam socializadas e, assim, apresentem resultados positivos como define o artigo 14 da LDB 9394/96 (BRASIL, 1996, p.6):

- Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
  - II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Desta forma, percebe-se que a gestão democrática no ensino público está assegurada a partir dessas leis que norteiam o sistema educacional no Brasil, e, para que se façam valer, é preciso que a escola esteja disposta a exercer uma administração democrática, onde os processos adotados pelos gestores escolares sejam transparentes e contem com a participação de toda a comunidade escolar.

Para que haja uma democratização do ensino é necessário que a escola traga a comunidade para uma efetiva participação em todos os segmentos escolares, como nas eleições para a escolha da equipe diretiva, na implantação dos conselhos escolares, do círculo de pais e mestres e conselhos de classe participativos (LIBÂNEO, 2006; PARO, 2000; HORA, 1994).

## **1.2 A participação da comunidade no processo de democratização do conselho de classe**

Na área da educação, a escola é vista como um espaço para a troca de conhecimentos e articulação de ideias, porém, atualmente, tem-se exigido que a escola vá além de uma simples transmissora de conhecimentos e se transforme em um ambiente de discussão que propicie a transformação do aluno em um cidadão pensante, criativo e crítico, capaz de tomar suas próprias decisões (PARO, 2000).

Ao entrar na escola, a criança usa todo o conhecimento já existente e passa a obter novas informações, incorporando a escola à sua vida, já que é nela que passará durante muitos anos. Como educar não cabe somente à escola, mas primeiramente aos pais, estes não podem “abandonar” seus filhos dentro do ambiente escolar, eles devem fazer parte deste contexto, participando efetivamente e acompanhando o processo de aprendizagem. Pode-se dizer que o ambiente escolar é um prolongamento do lar da criança, onde ela socializa com os outros e partilha seu dia-a-dia (PARO, 2000).

No cotidiano escolar, várias são as medidas estabelecidas pela equipe diretiva e professores para que os pais ou responsáveis acompanhem o processo de aprendizagem de seus filhos. Reuniões, celebrações, projetos que incluem a participação da comunidade escolar são momentos pensados pela escola. Além desses, é importante destacar o conselho de classe que visa efetivar a participação de todos os segmentos envolvidos no processo de aprendizagem. Quando colocado em prática de maneira correta, propicia muito mais que a participação de todos, colabora com a troca de informações entre os segmentos e contribui para o melhoramento do ensino no ambiente escolar.

Para compreendermos a função do conselho de classe, faz-se necessário descobrir como ele surgiu. Estudos apontam que o conselho de classe surgiu a partir da necessidade de se implementar um trabalho interdisciplinar na França, na primeira metade do século XX e tinha como objetivo identificar gostos e aptidões dos alunos e assim melhorar a prática educativa (DALBEN, 2004).

Dalben (2004, p.22) escreve sobre esse histórico:

[...] Por ocasião da reforma de ensino francesa de 1959, foram instituídos três tipos de conselhos; o Conselho de Classe, no âmbito da turma; o Conselho de Orientação, no âmbito do estabelecimento; e o Conselho Departamental de Orientação, em esfera mais ampla. Essa reforma

almejava declaradamente organizar um sistema escolar fundado na observação sistemática e contínua dos alunos, com vista a oferecer, a cada um, o ensino que corresponda a seus gostos e aptidões [...].

No Brasil, o Conselho de Classe foi implantado por educadores brasileiros, que passaram uma temporada na França e ao voltarem ao Brasil, trouxeram essas novas ideias e implementaram no Rio de Janeiro. Sua aplicação só foi efetivada a partir da lei 5692/71 – LDB do Ensino de 1º e 2º Graus. Levando em consideração o contexto da época – ditadura militar – essa nova lei era baseada no autoritarismo do estado (DALBEN, 2004).

Esse panorama só foi transformado a partir da promulgação da LDB de 1996 que previa, como mencionado anteriormente, uma escola democrática e participativa. Dessa forma o conselho de classe passa a fazer parte dos órgãos colegiados que formam a gestão democrática da escola pública. Além disso, possibilita todos a assumirem suas responsabilidades para um melhor desenvolvimento dos mecanismos da escola e assim atingirem todos objetivos almejados, principalmente o maior deles: uma educação de qualidade (DALBEN, 2004).

Isso é explicitado quando Libâneo (2006, p.328) afirma que:

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. A participação proporciona melhor conhecimento dos objetivos e das metas da escola, de sua estrutura organizacional e sua dinâmica, de suas relações com a comunidade, e propicia um clima de trabalho favorável a maior aproximação entre professores, alunos e pais.

A Escola Estadual de Sapucaia do Sul/RS, instituição de ensino que se desenvolveu a presente pesquisa, optou por constituir o conselho de classe participativo. Mas, efetivamente, o que é um conselho de classe participativo? Segundo Lorenzoni *et al.* (2010, p.3), o conselho de classe participativo deve ser

investigativo/transformador prevê a participação dos pais, dos alunos e dos docentes na definição da avaliação, análise dos resultados, problemas levantados e metas de solução a serem seguidas. Todos devem estar comprometidos com a qualidade educacional, como responsáveis por resultados, fracassos e recursos de aprendizagem.

Nesta perspectiva, compreende-se que é fundamental a participação da comunidade escolar como um todo, pois somente dessa forma poderemos construir um diálogo que auxilie no processo de ensino-aprendizagem fazendo com que a escola obtenha êxito.

Trazer a comunidade para dentro do espaço escolar não é tarefa fácil e nem consegue ser realizada em curto prazo. É uma tarefa que exige ações da gestão escolar no sentido de fazer com que a comunidade sinta a necessidade de se fazer presente no ambiente escolar, participe ativamente na tomada de decisões, como por exemplo, na elaboração do projeto político-pedagógico, nos conselhos escolares e nos conselhos de classe.

## 2 UM OLHAR PARA O CONTEXTO ESCOLAR

Como mencionado no capítulo anterior, a escola é um espaço para que os alunos consigam desenvolver-se e tornarem-se cidadãos críticos e participativos e assim, contribuírem para o desenvolvimento de uma sociedade melhor, mais democrática e justa.

Conforme Revelat (2009), antigamente a escola era vista como um espaço restrito às elites. A partir do século XVIII a escolarização para todos passou a ser defendida com um ideal e, no decorrer do século XIX e XX, o ensino passou a ser obrigatório na maioria dos países.

Podemos dizer que a história da educação é dividida em seis fases. Segundo Saviani (2008), a primeira vai de 1549 a 1759, onde houve o predomínio de uma educação oriunda da religião, principalmente na figura dos jesuítas. A segunda inicia em 1759 e vai até 1827, onde Marques do Pombal iniciou uma reforma educacional tentando pela primeira vez estabelecer uma escola pública. A terceira, que inicia em 1827 e vai até 1890, e a quarta fase, que vai de 1890 a 1931, teve como principal característica medidas que estabeleceriam a escola como dever do estado. A quinta fase, com início em 1931 e término em 1961, marca o início de um novo ideário pedagógico que consistia em regulamentar as escolas superiores, secundárias e primárias. E a sexta e última fase vem de 1961 até os dias atuais onde houve a unificação da regulamentação do sistema educacional em nível municipal, estadual e federal.

Com essa nova regulamentação, a escola enfrentou e enfrenta dificuldades em se adaptar como um espaço democrático, o ambiente escolar sofreu e sofre diversos problemas, como por exemplo, a evasão escolar e as dificuldades de aprendizagem. Assim, os filhos dos grupos sociais mais abastados economicamente, passam a frequentar escolas privadas e as escolas da rede pública começam a atender uma população menos provida financeiramente e a oferecer a estas condições precárias de funcionamento (SAVIANI, 2008).

Já no decorrer de sua história, a escola passou a acumular diferentes funções. Além de ser um espaço onde há uma troca de conhecimentos é também um espaço que vai além, buscando a socialização do indivíduo, como afirma Alarcão (2001, p.31),

A agressividade da sociedade atual e a desagregação da vida familiar exige que a escola, para além do centro de transmissão ou aquisição de saber, seja cada vez mais local de custódia, de prevenção de riscos, de orientação escolar de afetividade. Se já o era, tem hoje de exercer essas funções com mais intensidade.

Além destas funções, a escola também tem o papel de avaliar o aluno. Para que esta avaliação aconteça de forma eficaz, auxiliando os alunos em seu desenvolvimento, os Conselhos de Classe, que fazem parte do processo avaliativo, devem contemplar um momento de avaliação não só do aluno, mas de todo o processo escolar “tendo pais e estudantes como avaliadores, pois eles são os usuários da escola e seus interesses é que devem ser levados em conta na identificação dos problemas e no levantamento das soluções” (PARO, 2000, p.94).

Pensando na importância dos Conselhos de Classe nesse processo, escolheu-se como estudo de caso uma Escola Estadual situada na cidade de Sapucaia do Sul/RS, que atualmente tem em média 300 alunos, na sua maioria com baixo poder aquisitivo. Segundo o Projeto Político-Pedagógico (PPP) dessa Escola, é “uma escola fora da realidade do seu contexto: não oferece condições físicas para atender a demanda existente na comunidade em que se insere.” (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, 2007, p.2).

A Escola possui sete salas de aula, uma sala para o projeto “Mais Educação”, uma sala para os professores, uma cozinha com refeitório, dois banheiros, uma secretaria e um laboratório de informática. Atende alunos do 1º ao 9º ano do ensino fundamental, com idade entre seis e dezessete anos que moram nas redondezas da Escola. De acordo com o PPP da Escola “são na maioria invasores de terras não produtivas” (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, 2007, p.2).

No quadro funcional, a Escola possui uma diretora, duas vice-diretoras, uma secretária, uma orientadora pedagógica, uma professora responsável pelo programa “Mais Educação”, quinze professores e cinco funcionárias, sendo duas serventes e três merendeiras.

Após essa breve descrição do contexto escolar, a seguir vejamos como o conselho de classe se dá na teoria e na prática na Escola onde a pesquisa foi desenvolvida.

## 2.1 A Escola na teoria

Prática e teoria sempre foi motivo de discussões acaloradas. Muitas pessoas, as quais podemos caracterizar como senso comum, acreditam que a teoria nunca é aplicada ou desenvolvida na prática e vice-versa. Isso, nos ambientes educacionais torna-se muito mais evidente. Sabendo disso, faz-se necessário analisar o objeto desse estudo – Conselho de Classe – a partir do que se diz dele na teoria e logo depois o que efetivamente acontece na prática para depois fazermos o cruzamento de tais informações, analisá-las e se possível e necessário, propor medidas que aproximem esses dois conceitos no sentido de concretização do processo de ensino-aprendizagem.

Nas escolas em geral, e especificamente no caso da Escola pesquisada, existem dois documentos principais que norteiam as questões teóricas. São eles: o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e o Regimento Escolar.

Elencamos como objeto de estudo o Regimento Escolar, que assim como o próprio nome já diz, tem como função reger a escola, ou seja, definir as regras que organizarão a escola administrativa e pedagogicamente. A partir dele, analisaremos se este visa à participação da comunidade no ambiente escolar para assim estabelecer uma gestão democrática.

Ao analisar o Regimento Escolar da Escola pesquisada, o qual foi elaborado no ano de 2011, percebemos algumas normas que contemplam a participação da comunidade escolar e, ao mesmo tempo, outras que não fazem referência a esta participação. Em seguida, analisaremos alguns itens<sup>1</sup> retirados do Regimento Escolar que exemplificam, segundo a nossa análise, a participação ou não da comunidade escolar.

O subitem 4.1.9 do Regimento Escolar (2011, p.6) se refere aos objetivos do estabelecimento de ensino, como segue:

*4.1.9 “comunicar aos pais ou responsáveis sobre a freqüência e o rendimento do aluno, sempre que for verificada a necessidade de acompanhamento de seu desempenho e/ou comportamento”. (p.6)*

---

<sup>1</sup> Todos os itens retirados do Regimento Escolar e entrevistas estarão grifados em itálico.

Neste trecho é perceptível que a escola prioriza a participação dos pais ou responsáveis somente quando os alunos demonstram resultados negativos. Uma efetiva participação da comunidade escolar visando uma gestão democrática se faz necessária em todos os momentos do processo de ensino-aprendizagem.

Isso pode ser exemplificado no próximo subitem (4.2.1.5) selecionado que diz que a escola deve (REGIMENTO ESCOLAR (2011, p.06)

*4.2.1.5 Propiciar práticas coletivas de discussão, garantindo a participação de toda a comunidade escolar.*

Ao analisar os dois subitens do Regimento Escolar, constatamos que há uma contradição nas ações propostas pelo Regimento. Num primeiro momento a participação dos pais é limitada ao insucesso de seus filhos, já no outro, o Regimento garante a participação da comunidade escolar em diferentes momentos.

Esta regra é reforçada no subitem 5.5.2 sobre avaliação, o qual garante a participação não só dos pais ou responsáveis, mas também dos alunos que juntos, representam todos os segmentos da comunidade escolar (REGIMENTO ESCOLAR, 2011, p.09):

*5.5.2 A avaliação caracteriza-se como um processo contínuo, participativo, cumulativo e interativo, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar [...]*

Assim como nos exemplos acima, os subitens sobre o Conselho de Classe Participativo demonstram em seu texto uma incoerência entre a efetiva participação dos pais, como podemos observar o subitem 5.6 exposto na próxima página (REGIMENTO ESCOLAR, 2011, p. 11).

Ao observar o subitem 5.6 da próxima página, ele expõe que o objetivo do conselho de classe é ser participativo, ou seja, envolver todos os segmentos escolares, entre eles, a comunidade escolar. Porém, quando o Regimento trata da constituição deste Conselho de Classe, deixa de lado a participação da comunidade escolar, citando apenas o corpo docente, a equipe diretiva e os alunos. Além disso, também percebemos que os alunos são impedidos de constituir o último Conselho

de Classe do ano letivo, o que nos leva a mais uma incongruência, já que é neste momento que seu futuro escolar será decidido.

*5.6 Conselho de Classe: O Conselho de Classe será participativo com todas as pessoas envolvidas no processo de avaliação geral da turma. Tem função de auto-avaliação do aluno, do grupo, da turma e educadores.*

*O Conselho de Classe é constituído por:*

*5.6.5 Diretor ou seu representante*

*5.6.6 Professores das disciplinas*

*5.6.7 Supervisor Escolar*

*5.6.8 Orientador Educacional*

*5.6.9 Alunos (exceto no último Conselho de Classe do ano letivo).*

De acordo com o Regimento Escolar (2011, p.22) o responsável por estabelecer um Conselho de Classe Participativo é o Orientador Educacional. Cabe a este tornar o conselho um momento de participação de todos os segmentos envolvidos no processo de aprendizagem, pensando em uma metodologia que oportunize de forma igualitária a participação de todos, como verificamos abaixo.

*6.4.1 Das Atribuições Específicas do Orientador Educacional*

*6.4.1.4 Garantir que o Conselho de Classe seja participativo no âmbito da proposta pedagógica da escola, participando em seu planejamento, avaliação e execução de seu planejamento.*

É importante destacar que o Regimento Escolar (2001, p.16) determina uma gestão democrática como ideal, como percebemos ao analisar o subitem 5.18 que retoma o Projeto Político-Pedagógico,

*5.18 Do Projeto Político Pedagógico: A gestão democrática da escola implica em comunidade e usuários da escola participarem das decisões escolares junto aos seus dirigentes e gestores e não apenas assumirem uma posição de seus fiscalizadores ou meros receptores dos serviços educacionais.*

Particularmente, no subitem 5.18 mostrado acima, a Escola demonstra ter como objetivo estabelecer uma gestão democrática contando com a participação da

comunidade escolar não só como agente fiscalizador, mas sim, antes disso na elaboração de medidas que propiciem um processo de ensino eficaz.

Notamos no próximo subitem citado (5.19), que a escola, segundo seu Regimento (2011, p.16) pretende trazer a comunidade para dentro do ambiente escolar e assim, juntos, tomarem decisões importantes no decorrer do ano letivo.

*5.19 Do Calendário Escolar*

*[...] Sendo que a comunidade o aprove para depois ser homologado pela mantenedora [...].*

Segundo o Regimento (2011, p.18) é a equipe diretiva que deve se responsabilizar pela integração da Escola com os pais e/ou responsáveis. Isso deve acontecer de diferentes maneiras sempre buscando novos meios que possibilitem a concretização da mesma, como nos é esclarecido no subitem 6.1.1 abaixo.

*6.1.1 Atribuições da Equipe Diretiva*

*6.1.1.3 Promover e oportunizar a participação da comunidade no desenvolvimento das atividades escolares, para integração da comunidade e da escola, através de eventos, reuniões, etc.*

Conforme o Regimento Escolar (2011, p.23) os alunos e a comunidade escolar precisam participar da elaboração do mesmo, demonstrando, mais uma vez, que há uma preocupação em estabelecer uma gestão democrática. Nos subitens 7.1.11 e 7.2.1 abaixo podemos confirmar esta afirmação.

*7.1.11.1 Atribuições do Corpo Discente*

*7.1.11.6 Conhecer e cumprir o disposto no presente Regimento Escolar.*

*7.2.1 Atribuições da Comunidade Escolar*

*7.2.2.3 Participar da construção do Calendário Escolar.*

*7.2.2.7 Conhecer e cumprir o disposto neste regimento.*

Os itens do Regimento Escolar analisados aqui demonstram que realmente há um contra-senso na própria elaboração do documento, ora favorável à

participação democrática, ora determinando as regras sem que a comunidade participe da elaboração das mesmas.

## 2.2 A Escola na prática

Para analisar o que chamamos de Escola na prática, elaboramos questionários que foram aplicados em todos os segmentos da Escola. Estes foram pensados levando em consideração o objetivo dessa pesquisa que é, em linhas gerais, verificar a participação dos mesmos no ambiente escolar, mais especificamente, nos Conselhos de Classe Participativos.

Para apresentar as análises feitas a partir dos questionários, dividimos o conjunto de respostas em dois eixos de análise: o primeiro trata-se propriamente do Regimento Escolar, e o segundo sobre a prática do Conselho de Classe.

### 2.2.1 Regimento Escolar

Os depoentes quando questionados sobre a elaboração do Regimento Escolar responderam de formas diversas como veremos nos trechos abaixo.

**Diretora:** *Com a participação dos vários segmentos da escola, em reuniões, debates e participação na constituinte escolar.*

**Orientadora:** *O regimento escolar foi construído junto com a comunidade escolar.*

**Professor:** *O regimento da escola foi reformulado anteriormente a eu ter iniciado como professor.*

**Pais:** *Devido eu não participar das reuniões tenho pouco conhecimento; não tenho conhecimento, nunca tive acesso.*

**Alunos:** *Não sei; Nunca ouvir falar.*

Podemos perceber que a Equipe Diretiva defende que o Regimento Escolar foi elaborado juntamente com os demais segmentos da Escola. Já o Professor responde que não era colaborador da Escola quando este foi elaborado, porém, o

Regimento foi reformulado no ano de 2011 e o Professor participa do quadro de funcionários desde 2009. Quanto a resposta dada pelos Pais e Alunos, os mesmos acordam quando afirmam que não participaram do processo de reformulação do Regimento.

O professor quando questionado sobre o seu conhecimento a respeito do Regimento Escolar da instituição respondeu da seguinte forma:

**Professor:** *Nas reuniões administrativas pedagógicas em que se tratam alguns aspectos que são embasados pelo regimento, são apresentadas as partes desse regimento nas quais se explicitam as questões.*

Com base nessa resposta percebemos que além de não participar da elaboração do documento, o mesmo não é apresentado para o grupo escolar para que seja reconhecido por todos e seja usado como referência nas ações pedagógicas a serem tomadas dentro da escola.

Assim como na teoria, a prática demonstra uma incongruência entre os sujeitos ativos do processo de elaboração do Regimento Escolar. Se pensarmos em uma gestão democrática, ao analisar estes dados, verificamos que a mesma não acontece.

### 2.2.2 Conselho de Classe

Os informantes quando perguntados sobre o seu entendimento sobre a prática do Conselho de Classe Participativo responderam:

**Diretora:** *É fazer uma avaliação do desempenho dos alunos durante o trimestre*

**Orientadora:** *É para que professores, pais e alunos possam compartilhar um momento em que possam compreender a dificuldade do aluno.*

**Professor:** *É um espaço de conhecer e dialogar com as diversas pessoas que fazem parte da escola.*

**Pais:** *É onde discutem o desempenho dos alunos.*

**Alunos:** *Ajudar e auxiliar os pais e alunos em qualquer dúvida existente.*

A partir destas respostas percebe-se que a maioria dos entrevistados focou na preocupação com o desempenho dos alunos. A única resposta que destoa desta análise é a do Professor que prioriza este espaço como um momento de diálogo de todos os envolvidos no processo educacional.

Quando questionados sobre o que significa Conselho de Classe Participativo, foram dadas as seguintes respostas.

**Diretora:** *a participação de pais, professores e alunos, juntos analisando, discutindo e se necessário, buscando soluções para a melhoria do desempenho do aluno*

**Orientadora:** *Conselho de classe participativo é quando pais, alunos e professores se reúnem, num dado tempo, para juntos compartilhar soluções para o aprendizado deste aluno*

**Professor:** *Conselho de Classe Participativo, como o próprio nome já diz, deve ter a participação de todos*

**Pais:** *É onde todos participam, pais, alunos e professores*

**Alunos:** *Significa que os pais e os alunos participam do conselho.*

Com isso, percebemos que para todos os segmentos escolares está evidente que o Conselho de Classe Participativo é um momento em que todos devem se fazer presente para juntos analisar o desempenho do aluno e buscar soluções para os problemas e dificuldades de ensino-aprendizagem.

Segundo Lorenzoni *et al.* (2010), o Conselho de Classe Participativo prevê que os pais participem na análise dos resultados obtidos pelos seus filhos e que estejam cientes das metas que deverão ser seguidas. Ainda de acordo com o autor, todos devem estar comprometidos com a “qualidade educacional”.

Quando questionados sobre a participação dos Pais ou responsáveis na realização do Conselho de Classe Participativo, os trechos das respostas dos entrevistados são ilustrados nas seguintes respostas.

**Diretora:** *Considero muito importante.*

**Orientadora:** *Extremamente importante.*

**Professor:** Sim. Porque os pais são responsáveis diretos pela aprendizagem dos filhos.

**Pais:** Porque é onde sei se meu filho se comporta bem ou mal.

**Alunos:** Sim eles participam, porque eles querem que eu tenha um bom desempenho;  
Não, devido à falta de tempo, pois ambos trabalham.

Essas respostas demonstram que grande parte dos entrevistados acredita que a participação ativa nos Conselhos de Classe seja muito importante. Em sua resposta, o Professor entrevistado reforça a ideia de que a participação dos pais é necessária, pois os mesmos também são responsáveis pela aprendizagem dos filhos, não cabendo somente à escola este papel.

De acordo com Libâneo (2006) é através da participação que se assegura uma gestão democrática. Participando, a comunidade escolar fica ciente dos objetivos e ações propostas pela escola.

Ao questioná-los sobre quem conduz e quem participa do Conselho de Classe houve uma contradição nas respostas, como observamos no quadro abaixo:

**Diretora:** A orientadora faz um esclarecimento aos pais e após cada professor coloca seu parecer por aluno.

**Orientadora:** Quem conduz o conselho é a orientadora educacional, professores, alunos e pais.

**Professor** Normalmente a Orientação Educacional da escola. Inicia o CC falando sobre a turma, nem sempre abre espaço para que os professores possam emitir o seu parecer sobre o grupo.

**Pais:** O professor regente. Ele chama o aluno e fala tudo a respeito dele, coisas boas e ruins.

**Alunos:** A diretora é que conduz o conselho; A direção juntamente com os professores.

O Corpo Docente afirma que o Conselho de Classe é conduzido, primeiramente, pela Orientadora Educacional e que em seguida é dado um espaço para os demais participantes exporem suas ideias. Os pais dizem que o Conselho é

conduzido pelo Professor Regente da turma em questão e já o Corpo Discente, diz que é a Direção que conduz este momento.

Quando questionados sobre o que é tratado no momento do Conselho de Classe, todos trouxeram como tema principal o desempenho e o comportamento dos alunos, como observamos no quadro abaixo:

**Diretora:** *O assunto tratado é o desempenho escolar do aluno [...]. Cada professor coloca como o aluno foi em sua disciplina [...]. Se o pai e aluno quiserem, podem fazer perguntas e opinar.*

**Orientadora:** *Comportamentos, notas, as dificuldades, possibilidades de progresso.*

**Professor:** *Notas, comportamento, avisos gerais. [...], na maioria das vezes falam professores e pais, alunos ouvem e calam.*

**Pais:** *Desempenho de cada aluno [...]. Todos podem opinar [...]. Notas e comportamentos [...]. Quem dá opinião são os professores, pais e regentes.*

**Alunos:** *Desempenho e comportamento [...], opinião dos professores ou de pais; opinião de todos.*

Além de trazerem como principal tema de discussão o desempenho e o comportamento dos alunos, os informantes também comentaram sobre quem pode opinar durante este momento. Somente um Aluno disse que todos podem opinar; já os demais falam que somente os professores e os pais dão a sua opinião. Quanto à resposta do Professor, este afirma que na maioria das vezes pais e professores falam e os alunos não têm a oportunidade de expressarem sua opinião. Este fato retoma mais uma vez para a questão de uma gestão que envolva todos os segmentos do espaço escolar.

Para Lorenzoni *et al.* (2010, p.4) “os diálogos desencadeados no Conselho de Classe Participativo farão com que pais, alunos e professores conheçam a escola, o seu fazer pedagógico e tracem novos caminhos para atingirem seus objetivos”.

Para que se atinja o objetivo de uma gestão democrática é necessário que esta estrutura de Conselho de Classe também seja revisada, juntamente com o Regimento Escolar, pois uma boa gestão se dá quando todos podem participar,

opinar e contribuir para um bom desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS: INTERLIGANDO A TEORIA À PRÁTICA**

A partir da pesquisa realizada verificou-se que a gestão escolar vem sofrendo mudanças com o objetivo de propiciar uma educação de qualidade para todos e trazer para dentro da escola toda a comunidade escolar tendo uma efetiva participação. Esta participação dentro da escola faz com que se pratique uma gestão democrática, onde todas as ações e decisões são tomadas conjuntamente e de forma transparente.

O objetivo principal deste estudo foi analisar se a Escola promove momentos de participação de todos envolvidos no processo escolar tendo como base o que o Regimento Escolar contempla na teoria em relação a esta participação e como esta se dá durante os Conselhos de Classes realizados na prática.

Ao analisarmos o Regimento Escolar, constatou-se que há uma incoerência nas informações ali registradas. Em alguns momentos o documento reforça que a participação da comunidade escolar é importante em todos os momentos, mas em outros, evidencia que não há necessidade desta participação, a não ser quando houver uma necessidade maior para se resolver alguma questão em que o aluno esteja envolvido.

Ao mesmo tempo, o Regimento reforça a ideia de que a Escola defende uma gestão democrática, contando com Todos – Direção, Professores, Funcionários, Pais e Alunos – na tomada de decisões como citado em um dos itens do documento. Uma das formas de contar com essa presença foi optar por um Conselho de Classe Participativo. Porém quando citado no Regimento Escolar, ele informa que terá a participação de todos os envolvidos no processo avaliativo, mas não cita a participação dos pais ou responsáveis, que são os principais sujeitos que devem se fazer presente neste momento.

A partir da aplicação do questionário, percebeu-se que, novamente, há uma contradição entre a teoria e o que é realmente colocado em prática. O Regimento Escolar é um documento que deve ser elaborado conjuntamente, envolvendo todos os segmentos da Escola, porém nota-se que, de fato, esse procedimento não é realizado, já que Pais e Alunos afirmam não terem participado da elaboração do mesmo, e até o desconheciam.

Quanto ao Conselho de Classe Participativo, as respostas mostram que os entrevistados acreditam que a participação de todos, inclusive da família, é muito importante para que assim se desenvolva uma efetiva gestão democrática, mas, mais uma vez, a Escola cai em contradição quando os questionados respondem que somente Pais e Professores podem opinar enquanto os alunos devem ficar calados, somente ouvindo o que está sendo debatido.

Desta forma, percebe-se que existem muitas incoerências entre a teoria e a prática quando dizem respeito à participação da comunidade escolar dentro do ambiente de ensino. Para que realmente aconteça uma gestão democrática, todos os segmentos escolares, partindo da Direção escolar, devem estar em sintonia, sabendo de todas as ações e decisões que serão tomadas e qual o objetivo das mesmas.

## REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. Do olhar supervisor ao olhar sobre supervisão. In: RANGEL, Mary (Org.) **Supervisão pedagógica: princípios e práticas**. São Paulo: Papyrus, 2001.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei N. 9.394/96. Brasília: MEC/SEF, 1996.

BRASIL. **Plano Decenal de Educação para Todos**. Brasília: MEC/UNESCO, 1993.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF, 1988.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Conselhos de Classe e Avaliação**: perspectivas na gestão pedagógica da escola. Campinas: Papyrus, 2004.

GIL, Antônio Calos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HORA, Dinair Leal. **Gestão democrática na escola**. São Paulo: Papyrus, 1994.

KUENZER, Acácia Zeneida. As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. O sistema de organização e de gestão da escola: teoria e prática. In: LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **A educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2006. (Coleção Docência em Formação. Série Saberes Pedagógicos)

LORENZONI, Rosilâne de Lourenço et al. Conselho de Classe Participativo: uma experiência de participação democrática na escola. In: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ (SEED PR). **Semana Pedagógica 2010**: as necessidades da escola a partir de seus limites e avanços. Curitiba: Seed, 2010.

Disponível em:

<[http://www.pedagogia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/semanas\\_pedagogicas/2010/con\\_s\\_classe\\_participativo.pdf](http://www.pedagogia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/semanas_pedagogicas/2010/con_s_classe_participativo.pdf)>. Acesso em: 5 ago. 2012.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3.ed. Editora Ática. 2000.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP). **Escola Estadual...** Sapucaia do Sul/RS, 2007.

REGIMENTO ESCOLAR. **Escola Estadual...** Sapucaia do Sul/RS, 2011.

REVELAT, Tássio. **Surgimento da escola e suas funções sociais**. Disponível em <<http://cafehistoria.ning.com/profiles/blogs/surgimento-da-escola-e-as-suas>> Acesso em: 15 out. 2012

SAVIANI, Dermeval. História da história da Educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. **EccoS – Revista Científica**. São Paulo, v.10, n.especial, Julho, p.147-167, 2008. Disponível em: <<http://www4.uninove.br/ojs/index.php/eccos/article/viewFile/1356/1020>>. Acesso em: 5 ago. 2012.

## **APÊNDICES**

## **APÊNDICE 1 – ROTEIRO QUESTIONÁRIO**

### **QUESTIONÁRIO PARA EQUIPE DIRETIVA**

- Como foi construído o regimento escolar?
- Qual a sua opinião sobre a participação da comunidade escolar na elaboração deste documento?
- Na sua opinião, qual a função do conselho de classe?
- Para você, o que significa conselho de classe participativo?
- Para você, de que forma este tipo de conselho de classe pode contribuir para a melhoria no processo de ensino e aprendizagem?
- Qual a sua percepção em relação aos professores neste modelo de conselho de classe?
- Quem conduz e/ou participa dos conselhos? Como ele(a) faz?
- Quais são os assuntos tratados nos conselhos de classe? Como é conversado e/ou discutido sobre os assuntos? Todos podem opinar ou prevalece a opinião de alguém (de quem)?
- Você considera importante a participação dos pais no conselho de classe participativo? Por quê?

### **QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES**

- Para você, o que é “regimento escolar”?
- Qual o seu conhecimento sobre o “regimento escolar” da instituição de ensino em questão?
- Qual foi a sua participação na construção deste “regimento”?
- Você sabe dizer o que propõe o Regimento escolar em relação conselho de classe?
- Na sua opinião, qual a função do conselho de classe?
- O que significa conselho de classe participativo?
- Quem conduz os conselhos de classe? Como ele(a) faz?
- Quais são os assuntos tratados nos conselhos de classe? Como é conversado e/ou discutido sobre os assuntos? Todos podem opinar ou prevalece a opinião de alguém (de quem)?
- Você considera importante a participação dos pais no conselho de classe participativo? Por quê?
- Quando você participa, quem conduz e/ou participa do conselho?

### **QUESTIONÁRIO PARA OS ALUNOS**

- Para você, qual a função do conselho de classe?
- E o conselho de classe participativo, o que significa?
- Qual a importância da participação dos seus pais no conselho?
- Seus pais participam dos conselhos realizados pela escola? Por quê?
- Em sua opinião esta forma de conselho pode ajudar no seu crescimento escolar?
- Quando você participa, quem conduz e/ou participa do conselho?
- Quem conduz os conselhos de classe? Como ele(a) faz?

- Quais são os assuntos tratados nos conselhos de classe? Como é conversado e/ou discutido sobre os assuntos? Todos podem opinar ou prevalece a opinião de alguém (de quem)?

### **QUESTIONÁRIO PARA OS PAIS**

- Qual o seu conhecimento sobre o regimento escolar da instituição de ensino em questão?
- O que você entende por “conselho de classe”?
- Para você, o que significa conselho de classe participativo?
- Como acontece sua participação nestes conselhos?
- Quem conduz os conselhos de classe? Como ele(a) faz?
- Quais são os assuntos tratados nos conselhos de classe? Como é conversado e/ou discutido sobre os assuntos? Todos podem opinar ou prevalece a opinião de alguém (de quem)?
- Por que você considera importante a participação dos pais no conselho de classe?
- Quando você participa quem conduz e/ou participa do conselho?
- O que mais você gostaria de dizer em relação ao conselho de classe participativo?

## **APÊNDICE 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA  
ESPECIALIZAÇÃO LATO-SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**Título da Pesquisa:** A EFETIVAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NO CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO

**Pesquisadora responsável:** Prof<sup>a</sup>. Andreza Gressana Schmitt

**Orientador da pesquisa:** Prof. Leonardo Germano Krüger

A presente pesquisa “A EFETIVAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NO CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO” visa analisar se a participação da comunidade escolar no conselho de classe contribui para a efetivação de uma gestão democrática. Esta Pesquisa é de responsabilidade da acadêmica do Curso de Especialização em Gestão Educacional – EAD da Universidade Federal de Santa Maria/RS, Andreza Gressana Schmitt e está sob a orientação do Professor Leonardo Germano Krüger. Qualquer dúvida que porventura surja pode ser sanada e esclarecimento adicional obtido com a acadêmica pesquisadora (andreza.sl@gmail.com), ou com o professor responsável, via e-mail (leonardo.kruger@ufsm.br).

Os dados desta pesquisa serão coletados por meio de questionários. Estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução da presente pesquisa, sendo que somente poderão ser divulgados de forma anônima, garantindo assim o sigilo que assegura a privacidade dos sujeitos quanto aos dados confidenciais envolvidos na mesma.

Durante a aplicação do instrumento de coleta de dados não estão previstos danos físicos ou psicológicos aos participantes, uma vez que não serão adotados procedimentos invasivos. Contudo, você tem a garantia de esclarecimentos com a pesquisadora responsável, antes e durante o curso do estudo, bem como a liberdade de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado. Também não estão previstos benefícios diretos aos que decidirem participar.

Andreza Gressana Schmitt

Prof. Ms. Leonardo Germano Krüger